

# **1984: HISTÓRIA, FICÇÃO E TOTALITARISMO NO ROMANCE DISTÓPICO**

*NINETEEN EIGHTY-FOUR: HISTORY, FICTION AND TOTALITARISM IN THE DYSTOPIAN  
NOVEL*

Evanir Pavloski<sup>1</sup>

**RESUMO:** O objetivo desse trabalho é apresentar uma análise da complexa relação entre história e ficção representada na obra *1984* de George Orwell. No decorrer da discussão, pretendemos mostrar que o romance distópico proporciona ao leitor uma análise crítica do contexto social e político do século XX e, especificamente, dos regimes totalitários que emergiram durante o século. Na obra, o estrito controle exercido pelo governo sobre os textos históricos e o papel do protagonista Winston Smith enquanto escritor ficcional e historiador problematiza não apenas os mecanismos de manipulação dos fatos sob um regime totalitário, mas também os próprios limites entre história e ficção como representações discursivas da realidade. Assim, tais aspectos trazem as reflexões do autor para o debate mantido por parte das teorias pós-modernas sobre a chamada metaficção historiográfica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Orwell. História. Ficção. Totalitarismo. Distopia.

A história como matéria prima da ficção?

A ficção como articuladora da própria história?

O grau provocativo de questões como essas vem há muito tempo motivando discussões entre historiadores e críticos literários, as quais ao longo dos anos assumiram por vezes características conciliatórias e, em outros momentos, confrontaram posicionamentos acirradamente contrários. Desde a teoria aristotélica, aspectos inerentes tanto ao texto histórico quanto ao texto ficcional, como a linguagem e o ponto de vista autoral, têm servido como base para teorizações que visam ora delimitar objetivamente os campos de estudo de cada área, ora conceituá-las como complementares no processo de registro e desvendamento do passado.

Como afirma Hayden White,

Antes da Revolução Francesa, a historiografia era considerada convencionalmente uma arte literária [...] O século XVIII foi fértil em obras que distinguem entre, de um lado, o estudo da história e, de outro, a escrita da história. A escrita era um exercício literário, especificamente retórico, e o produto desse exercício devia ser

---

<sup>1</sup> Mestre em Estudos Literários pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Doutorando na mesma área e instituição. Professor efetivo da Universidade Estadual de Ponta Grossa. E-mail: [evanir.pv@gmail.com](mailto:evanir.pv@gmail.com)

avaliado tanto segundo princípios literários quanto científicos (WHITE, 2001, p. 139).

A pós-modernidade critica veementemente o positivismo histórico herdado do século XIX que restringe ao campo da historiografia uma interpretação monolítica dos acontecimentos. Os teóricos pós-modernos propõem, por meio de uma reavaliação dos métodos de escrita e análise dos fatos históricos, o reconhecimento dos textos literários como registros válidos dos momentos nos quais se dá a produção dos mesmos ou que servem de contexto para o desenvolvimento dos enredos.

Dentro dessa perspectiva, uma obra literária apresenta valor intrínseco como elemento da realidade que serve de moldura para sua construção, característica essa que pode se manter pertinente ao ser revista por gerações futuras em busca de uma ampliação do conhecimento relativo a uma determinada época. Não nos referimos aqui a um simples processo de espelhamento das sociedades históricas nas quais os textos literários são concebidos, mas numa concepção que caracteriza a literatura como acontecimento constitutivo do processo histórico.

Jauss salienta que

O abismo entre literatura e história, entre conhecimento estético e o histórico, faz-se superável quando a história da literatura não se limita simplesmente a, mais uma vez, descrever o processo da história geral conforme esse processo se delinea em suas obras, mas quando, no curso da evolução literária, ela revela aquela função verdadeiramente constitutiva da sociedade que coube à literatura, concorrendo com as outras artes e forças sociais, na emancipação do homem de seus laços naturais, religiosos e sociais (JAUSS, 1994, p. 56).

Maria Herrera Lima ao descrever a emergência da literatura como fenômeno complementar aos estudos filosóficos da realidade, essencialmente teóricos, afirma que “dentro de um amplo espectro de posições críticas havia um certo senso comum quanto à necessidade de buscar formas de reflexão sobre a moralidade, sensíveis aos contextos reais de ação” (LIMA in LA VIEJA, 1994, p. 44).

Obviamente, a importância de uma obra não se esgota nessa abordagem, uma vez que os aspectos estéticos são diretamente responsáveis pela vitalidade de um texto e que por meio de uma criação ficcional é possível discutir realidades distintas e distantes do contexto histórico autoral. Entretanto, seria uma visão reducionista desconsiderar as relações históricas passíveis de serem estabelecidas sincronicamente e diacronicamente entre texto e realidade.

Em relação aos textos utópicos e distópicos – em particular aqueles que projetam suas respectivas idealizações num espaço futurístico e entre os quais se enquadra a obra focalizada nesse trabalho – poderíamos citar ainda uma particularidade pertinente ao diálogo entre os mesmos e a historiografia. As sociedades criadas ficcionalmente por autores como Orwell se baseiam em características da realidade apreendidas junto ao seu contexto histórico e oferecem uma perspectiva de um futuro possível dentro dos caminhos aparentemente abertos para o desenvolvimento da humanidade. Assim, esse gênero literário direciona o fluxo dos acontecimentos para um espaço comumente atemporal, o qual se configura representativo do posicionamento crítico-reflexivo dos autores em relação ao presente e aos contornos daquilo que possivelmente pode vir a tornar-se a realidade.

Jauss comenta que

O horizonte de expectativa da literatura distingue-se daquele da *praxis* histórica pelo fato de não apenas conservar as experiências vividas, mas também antecipar possibilidades não concretizadas, expandir o espaço limitado do comportamento social rumo a novos desejos, pretensões e objetivos, abrindo, assim, novos caminhos para a experiência futura (JAUSS, 1994, p. 52).

Assim, se mostra profundamente relevante uma análise do contexto no qual surge a obra *1984*, tornando, dessa forma, apreensíveis não só os elementos do mundo natural que participam sincronicamente da estruturação da obra, mas também o seu aspecto documental em relação a um momento particular da história:

Em 1948, as marcas da guerra ainda mantinham cores vivas na memória coletiva e nas manobras políticas dos governos envolvidos no recente confronto mundial. Nesse clima de inegável renovação, George OWELL publica sua obra *1984*, a qual é considerada por muitos críticos como uma compilação de idéias e teorias que o autor desenvolveu durante toda a sua carreira. Nessa obra, o autor destila todo o seu profundo desapontamento com os rumos políticos e sociais das sociedades no século XX (CALDER, 1976, p. 8).

Testemunha perplexa das duas grandes guerras mundiais e de revoluções que tiveram como resultado a ascensão governos centralizadores e ditatoriais, Orwell concentra o desengano decorrente dessas experiências em uma projeção ficcional em que o totalitarismo, em um futuro próximo, se tornaria o regime instituído em todas as nações.

Contudo, ao invés de defender uma posição unilateral *1984* é uma crítica ácida a estruturas políticas totalitárias de todos os tipos. O enredo se desenvolve numa sociedade que pratica o totalitarismo de direita, mas que ao mesmo tempo apresenta claramente características totalitárias de esquerda, sendo que as semelhanças com o regime de Josef Stalin não podem passar despercebidas. O governo da Oceania reúne aspectos comuns ao autoritarismo fascista, o qual glorifica a sabedoria do líder político maior, e ao autoritarismo comunista que prevê a incontestável eficiência do partido. Além disso, ações governamentais como os Planos Trienais e os campos de trabalho forçado parecem ser alusões a aspectos do regime stalinista. Até mesmo a forma física através da qual Orwell representa o Grande Irmão pode ser considerada uma caricatura do próprio Stalin.

Porém, a obra é um alerta que vai além das possibilidades negativas desse ou daquele regime, desnudando a concreta negatividade da manipulação mesquinha de qualquer forma de poder. Em *1984*, a equação que leva ao terror absoluto nada mais é do que uma potencialização da realidade vislumbrada pelo autor:

My starting point is always a feeling of partisanship, a sense of injustice. When I sit down to write a book, I do not say to myself, "I am going to produce a work of art." I write it because there is some lie that I want to expose, some fact to which I want to draw attention, and my initial concern is to get a hearing. But I could not do the work of writing a book, or even a long magazine article, if it were not also an aesthetic experience<sup>2</sup> (OWELL apud OXLEY, 1967, p. 11).

Essa apropriação e subsequente ficcionalização distópica da realidade exemplificada por Orwell enfatiza o aspecto da literatura como forma de recepção e interpretação dos acontecimentos históricos, características as quais assumem maior notabilidade a partir das contestações recorrentes ao cientificismo histórico. O posicionamento crítico do autor em relação aos regimes totalitários e sua idealização negativa de uma possibilidade específica de futuro, por meio da representação estética, constituem um relato válido de uma época na qual o pessimismo quanto aos caminhos da humanidade era justificável.

Como aponta Jauss,

---

<sup>2</sup> Tradução livre: "O meu ponto de partida é sempre um sentimento de partilha, uma noção de injustiça. Quando me sento para escrever um livro, não digo para mim mesmo 'vou produzir uma obra de arte'. Escrevo porque existe alguma mentira para ser denunciada, algum fato para o qual quero chamar atenção, e acredito sempre que vou encontrar quem me ouça. Mas não seria capaz de escrever um livro ou nem mesmo um longo artigo de revista se não existisse nisso também uma experiência estética".

a multiplicidade dos acontecimentos de um momento histórico – acontecimentos estes que o historiador universal crê compreender como expoentes de um conteúdo uno – traduzir-se-ia, na verdade, em momentos de curvas temporais bastante diversas, condicionados pelas leis de sua história particular, conforme das diversas histórias das artes, bem como da história do direito, da economia, da política e assim por diante (JAUSS, 1994, p. 46).

Não obstante, o universo construído por Orwell em seu espaço distópico ultrapassa os limites de um simples registro interpretativo restrito ao momento de sua criação, sendo que certas questões levantadas pela obra permanecem no centro de discussões político-sociológicas, que reafirmam a importância da literatura como agente interpretativo e problematizador da realidade.

Dentro desse grupo de questões que se mostram resistentes ao tempo contidas em *1984*, nos interessam especificamente nesse trabalho as críticas desenvolvidas abertamente pelo autor em relação aos limites entre discurso histórico e discurso ficcional, as quais vem de encontro à parte das teorias pós-modernas.

Primeiramente, é interessante notar que o controle dos indivíduos é um aspecto recorrente na literatura distópica, sendo facilmente reconhecível nas três obras mais conhecidas do gênero: *Nós*, *admirável mundo novo* e *1984*. Essa característica comum entre os textos pode ser compreendida de diversas formas, como por exemplo, por meio do aparente esgotamento dos regimes democráticos em confronto com o fortalecimento do totalitarismo na primeira metade do século passado ou por meio de revalorização das liberdades civis que se mostravam ameaçadas por tais estruturas.

Na obra de George Orwell, os mecanismos utilizados para a construção e manutenção do controle exercido sobre os indivíduos são, além de numerosos, extremamente eficientes. Da vigilância constante sobre cada sujeito à criação metódica de uma nova linguagem, todos os elementos da sociedade tecem uma rede de relações de poder que evolui ininterruptamente e a qual se torna cada vez mais difícil opor resistência. Michel Foucault considera que “a multiplicidade de pequenos e muitas vezes mínimos processos de adaptação dos membros de uma sociedade acaba por redundar naquilo que pode ser entendido por muitos como uma estrutura cuidadosamente elaborada para a dominação e manipulação das massas” (FOUCAULT, 1984, p. 127)

Assim, essa estrutura acaba por se sustentar na docilidade condicionada dos indivíduos pertencentes a ela, constituindo, dessa maneira, o que poderíamos caracterizar como uma utopia totalitarista. Como afirma o próprio Foucault, “a utopia da sociedade perfeita, normalmente atribuída aos filósofos e juristas, alimenta também um sonho militar no qual a vontade geral seria substituída pela docilidade automática” (FOUCAULT, 1984, p. 151).

É para a possibilidade de realização de tal projeto utópico que Orwell alerta por meio de seu texto ficcional. A sociedade representada na obra seria a concretização de um pesadelo social que, segundo o ponto de vista do autor, parecia estar sendo construído ao longo do século XX.

Em 1984, os controladores sociais citados acima são complementados por outros meios de imposição de poder - como a profunda pobreza e a erradicação de laços afetivos – e potencializados a um nível extremo de eficiência. “Adormecido ou desperto, trabalhando ou comendo, dentro e fora de casa, no banheiro ou na cama – não havia fuga. Nada pertencia ao indivíduo, com exceção de alguns centímetros cúbicos dentro do crânio” (ORWELL, 2003, p. 28).

Essa radicalização dentro do universo ficcional deflagra um processo de desgaste físico, psicológico e moral que se mantém em constante desenvolvimento, transformando os personagens da obra em indivíduos quase autômatos e, assim, facilmente controlados, direcionados e instrumentalizados pelo Partido. O clima de mútua desconfiança e vigilância estabelecido deliberadamente pelos órgãos de poder faz com que cada membro da sociedade se confine cada vez mais dentro de sua própria solidão. “Durante um segundo, dois, haviam trocado um olhar equívoco, e era o fim da história. Mas até aquilo era um acontecimento memorável, na solidão amuralhada em que se era obrigado a viver” (ORWELL, 2003, p. 20).

Todos esses aspectos nos levam a uma questão primordial para nossa discussão: o grau de alienação incutido nos personagens por meio dos dispositivos controladores do Partido. O indivíduo ideal na Oceania, segundo os princípios do Grande Irmão, é alguém desprovido de raízes ou laços afetivos. Essa absoluta falta de referências, aliada a um enfraquecimento físico e psicológico, faz com que os sujeitos busquem suas identidades dentro da própria ideologia que os domina, ou seja, como membros efetivos do Partido que os controla. Tal posicionamento redundava não apenas numa aceitação incondicional daquilo que é definido arbitrariamente como sendo a realidade, mas também na execução de tarefas que garantem a

manutenção do próprio poder controlador. Dessa forma, cria-se um círculo perpetuamente renovado no qual os mecanismos totalitários se especializam por meio do sujeitos aos quais se destinam.

Como afirma o personagem O' Brien, após a prisão de Winston,

A primeira coisa que deves entender é que o poder é coletivo. O indivíduo só tem poder na medida em que cessa de ser indivíduo. Conheces o lema do Partido: “Liberdade é Escravidão”. Já te ocorreu que é reversível? Escravidão é liberdade. Sozinho, livre, o ser humano está condenado a morrer, que é o maior dos fracassos. Mas se puder realizar uma submissão completa, total, se puder fugir à sua identidade, se puder fundir-se no Partido então ele é o Partido, e é onipotente e imortal. A segunda coisa que deves entender é que poder é o poder sobre todos os entes humanos. Sobre o corpo, mas, acima de tudo, sobre a mente (ORWELL, 2003, p. 252).

Inerente a esse processo em constante refinamento, percebemos não só a existência de diversos níveis de condicionamento dos sujeitos, mas também a íntima relação complementar existente entre esses mecanismos.

Dentre eles, interessa-nos especificamente um dos lemas básicos sustentados pelo regime totalitário representado na obra: a mutabilidade do passado:

“Quem controla o passado”, dizia o lema do Partido, “controla o futuro; quem controla o presente, controla o passado”. E no entanto o passado, conquanto de natureza alterável, nunca fora alterado. O que agora era verdade era verdade do sempre ao sempre. Era bem simples. Bastava apenas uma série infinda de vitórias sobre a memória. “Controle da realidade”, chamava-se. Ou, em Novilíngua, “duplipensar” (ORWELL, 2003, p. 36).

A terrível consciência apresentada acima em relação ao potencial pragmático da manipulação da história foi desenvolvida e utilizada efetivamente pelo regimes totalitários do século passado. Como afirma Margaret Canovan ao se referir à reflexão de Hannah Arendt sobre a teoria do totalitarismo,

Ideology complements terror by eliminating the capacity for individual thought and experience among the executioners themselves, binding them into the unified movement of destruction. Ideologies – pseudo-scientific theories purporting to give insight into history – give their believers the total explanation of the past, the total

knowledge of the present, and the reliable prediction of the future<sup>3</sup> (CANOVAN in ARENDT, 2000, p. 27-28).

A manipulação e a imposição de uma verdade histórica específica são apontadas também por Michel Foucault como elementos característicos não só dos regimes totalitários, mas também de todas as formas de governo. “A verdade não existe sem o uso de alguma forma de poder. Cada regime cria sua própria verdade e organiza os meios pelos quais sua aceitação é imposta aos membros da sociedade” (FOUCAULT, 1996, p. 12).

No universo distópico de George Orwell, os meios utilizados para a criação ou recriação arbitrária de fatos interessantes ao Partido sustentam sua eficiência não apenas em procedimentos técnicos, mas também na homogeneidade ideológica imposta aos indivíduos. A alienação e o duplipensar formam a base para o sucesso dessa instrumentalização política da história, uma vez que a manipulação só pode alcançar a plena efetividade quando associada a uma invariável aceitação. Tal silogismo se mostra pertinente não apenas em relação ao regime representado em *1984*, mas também no mundo experimental, onde governos centralizadores produziram, ao longo do século XX, narrativas mitopoéticas dotadas de suposto caráter histórico como forma de insuflar o nacionalismo e a filiação ideológica. “Political events already lack sufficient energy of their own to move us: so they run on like a silent film for which we bear collective irresponsibility”<sup>4</sup> (BAUDRILLARD, 1994, p. 04).

Nesse sentido, o duplipensar atua como um mecanismo que viabiliza a justaposição ou mesmo a simultaneidade de idéias, conceitos ou perspectivas diretamente opostas. Por meio desse posicionamento acríptico inculcado nos indivíduos, tudo o que é entendido como realidade na Oceania é passível de ser arbitrariamente alterado a partir de uma decisão do Partido. Dentro de um curto espaço de tempo, elementos sociais entendidos como fixos são ora valorizados, ora preteridos ou mesmo mantidos lado a lado, dependendo dos interesses do Partido:

Saber e não saber, ter consciência de completa veracidade ao exprimir mentiras cuidadosamente arquitetadas, defender simultaneamente duas opiniões opostas,

---

<sup>3</sup> Tradução livre: “A ideologia complementa o terror ao eliminar a capacidade individual de pensamento e de experiência entre os próprios executores, unindo-os ao movimento unificado de destruição. Ideologias – teorias pseudo-científicas que ilusoriamente parecem dar suporte à história – dão aos seus seguidores a completa explicação do passado, o total conhecimento do presente e uma confiável previsão do futuro”.

<sup>4</sup> Tradução livre: “Os eventos políticos já carecem de suficiente energia própria para nos mover: então eles se prosseguem como um filme mudo sobre o qual nós carregamos uma irresponsabilidade coletiva”.

sabendo-as contraditórias e ainda assim acreditando em ambas; usar a lógica contra a lógica, repudiar a moralidade em nome da moralidade, crer na impossibilidade da democracia e que o Partido era o guardião da democracia; esquecer tudo quanto fosse necessário esquecer, trazê-lo à memória no momento preciso e depois torná-lo a esquecer; e acima de tudo, aplicar o próprio processo ao processo. Essa era a sutileza derradeira: induzir conscientemente a inconsciência e então tornar-se inconsciente do ato da hipnose que se acabava de realizar (ORWELL, 2003, p. 36-37).

Dessa maneira, se a realidade presente pode ser alterada de um momento para outro em *1984*, a mutabilidade do passado não encontra limites, seja como suporte das constantes mudanças de perspectivas impostas pelo sistema, seja como uma forma de gerar novos dispositivos controladores. Dessa forma, não só o fluxo dos acontecimentos presentes é tendenciosamente direcionado, mas também o passado é reestruturado de maneira que os atos do Partido assumam um grau de coerência e justiça que só pode ser alcançado por meio do duplipensar.

Ao caracterizarmos esse processo de manipulação histórica utilizamos anteriormente o termo reconstrução. Tal definição se refere ao produto final dessa recorrente intervenção institucional no discurso histórico, sendo que em termos práticos o que ocorre é uma reescrita dos dados pertinentes a um determinado evento e uma adaptação das respectivas fontes. Assim, a reconstrução do passado em *1984* se realiza por meio da reescrita permanente de todos os textos que se refiram a ele, de maneira que nada reste ao indivíduo além de sua memória, que, por sua vez, é influenciada pelo duplipensar e desconectada da realidade palpável pela alienação na qual cada sujeito se encontra mergulhado. Processo semelhante é percebido por Baudrillard nas sociedades do século XX, o que representaria um elemento facilitador para a consolidação de governos totalitários. O autor utiliza o termo *deterrence* ao se referir a esse fenômeno:

It [*deterrence*] can remove all certainty about facts and evidence. It can destabilize memory just as it destabilizes prediction [...] For the past can only be represented and reflected if it pushes us in the other direction, towards a future of some kind. Retrospection is dependent on a propection which enables us to refer to something as past and gone, and thus as having really taken place<sup>5</sup> (BAUDRILLARD, 1994, p. 17, 20).

---

<sup>5</sup> Tradução livre: “[*Deterrence*] remove toda a certeza sobre fatos e evidências. Desestabiliza a memória da mesma forma que desestabiliza os prognósticos [...] Porque o passado só pode ser representado e refletido se ele nos empurra para outra direção, rumo a algum tipo de futuro. Retrospecção depende de uma prospecção que nos

No romance de Orwell, a história se torna um instrumento de sustentação de poder embasado pela materialidade de dados históricos controlados e alterados pelo próprio Partido. Como afirma Linda Hutcheon, “o passado realmente existiu, mas hoje só podemos *conhecer* esse passado por meio de seus textos” (HUTCHEON, 1988, p. 168):

- O passado existe concretamente, no espaço? Existe em alguma parte um mundo de objetos sólidos, onde o passado ainda acontece?
- Não.
- Então onde é que existe o passado, se é que existe?
- Nos registros. Está escrito.
- Nos registros. E em que mais?
- Na memória. Na memória dos homens.
- Na memória. Muito bem. Nós, o Partido, controlamos todos os registros e todas as memórias. Nesse caso, controlamos o passado, não é verdade? (ORWELL, 2003, p. 237).

Em relação aos registros, o Partido mantém um órgão chamado Departamento de Registro, o qual é responsável especificamente pela produção e reprodução de fatos e relatos que compõem a história artificialmente construída em 1984. Por meio dessa instituição, cria-se um passado verificável pelos seus documentos, projetando no presente uma verdade específica e substancialmente transitória. A verdade sancionada pelo Partido só existe enquanto os textos que a comprovam se mantêm úteis e produtivos. Porém, os fatos recém criados não perduram por muito tempo, sendo logo substituídos por outros que melhor preenchem as necessidades e os objetivos do Grande Irmão. Dessa forma, o passado anteriormente verificável é completamente apagado e recriado em direta oposição ao que antes era caracterizado como verdade.

Se o Partido tem o poder de agarrar o passado e dizer que este ou aquele acontecimento nunca se verificou – não é mais aterrorizante do que a simples tortura e morte? O Partido dizia que a Oceania jamais fora aliada da Eurásia. Ele, Winston Smith, sabia que a Oceania fora aliada da Eurásia não havia senão quatro anos. Onde, porém, existia esse conhecimento? Apenas em sua consciência, o que em todo o caso devia ser logo aniquilada. E se todos os outros aceitassem a mentira imposta pelo Partido – se todos os anais dissessem a mesma coisa – então a mentira se transformava em história, em verdade [...] Dia a dia e quase minuto a minuto o

---

torna capazes de nos referir a alguma coisa como passada e acabada e, conseqüentemente, como tendo realmente ocorrido”.

passado era atualizado. Desta forma, era possível demonstrar, com prova documental, a correção de todas as profecias do Partido; jamais continuava no arquivo uma notícia, artigo ou opinião que entrasse em conflito com as necessidades do momento. Toda a história era um palimpsesto, raspado e reescrito tantas vezes quantas fosse necessário. Em nenhum caso seria possível, uma vez feita a operação, provar qualquer fraude (ORWELL, 2003, p. 41).

O sistema representado na obra desconstrói e recria fatos com tal frequência e naturalidade que nem mesmo o protagonista sabe com certeza se o *cronotopo* do texto corresponde realmente ao ano de 1984. Nesse espaço ficcional, parodiam-se as paródias que anteriormente substituíram o passado. Assim, a sociedade descrita se caracteriza como uma representação sem tempo e sem espaço, aspectos esses que nos remetem à etimologia do próprio termo utopia cunhado por Thomas More em 1516: o lugar nenhum.

A partir do que foi exposto, podemos relacionar a manipulação do discurso histórico representada na obra de Orwell com a utilização desse mesmo artifício por governos totalitários no século XX, aspecto que nos leva invariavelmente à discussão sobre os limites entre fato e ficção. Em *1984*, o autor promove uma crítica contundente ao positivismo histórico. Para tanto, ele desmitifica a idealização de um discurso oficial e imparcial, dissolvendo as barreiras mantidas entre historiografia e ficcionalidade por meio de uma radicalização da influência de aspectos externos na análise dos acontecimentos. Dependendo das ordens do Partido, a história é reescrita sob uma nova perspectiva descompromissada com qualquer tipo de relação verificável com a realidade ao qual ela se refere, isto é, a história é ficcionalizada. Além disso, caso seja necessário, os fatos que apenas foram criados são sumariamente apagados e substituídos por novos dados, num processo no qual a ficção se sobrepõe à ficção, transformando as noções de passado, presente e futuro em algo fluído e efêmero. A história é metaficcionalizada. Porém, ao contrário da abordagem de Linda Hutcheon, sob a égide do Grande Irmão a metaficção não promove a abertura do texto para novas perspectivas e análises, mas o cristaliza ainda mais como verdade única e, contraditoriamente, transitória:

Argue-se que os acontecimentos do passado não têm existência objetiva, porém só sobrevivem em registros escritos e na memória humana. O passado é o que dizem os registros e as memórias. E como o Partido tem pleno controle de todos os registros e igualmente do cérebro dos seus membros, segue-se que o passado é o que Partido deseja que seja. Segue-se também que, embora o passado seja alterável, jamais foi alterado num caso específico. Pois quando é reescrito na forma

conveniente, a nova versão passa a ser o passado, e nada diferente pode ter existido (ORWELL, 2003, p. 205).

Assim, George Orwell questiona a objetividade cientificista que supostamente inseriria a historiografia num campo isolado e não tangencial ao grupo das artes imaginativas como a literatura.

Como afirma Hayden White,

A dialética peculiar do discurso histórico – e também – de outras formas de prosa discursiva, talvez até mesmo o romance – provém do empenho do autor em servir de mediador entre os modos alternativos de urdidura de enredo e explicação, o que significa, afinal, servir de mediador entre os modos alternativos do uso da linguagem ou estratégias tropológicas para descrever originariamente um dado campo de fenômenos e constituí-lo como um possível objeto de representação (WHITE, 2001, p. 145).

Assim, cabe-nos perguntar: dentro de um contexto de dominação e manipulação do discurso historiográfico, como poderia um indivíduo, seja ele um literato ou não, preservar sua consciência histórica, sua identidade e seu senso crítico sobre a sua realidade social? Ao caracterizar o seu protagonista Winston Smith e definir sua trajetória, George Orwell aprofunda essa questão ao criar uma situação aparentemente contraditória na qual a personagem está inserida. Se por um lado, Smith participa ativamente do processo de reescrita da história na estrutura totalitária, por outro, os escrúpulos do protagonista o levam a iniciar a escrita de um relato subjetivo que assume relevância factual. Vejamos como tal processo se desenvolve.

Em *1984* todo o universo distópico criado por Orwell é descortinado por meio das ações do protagonista Winston Smith. Por intermédio de um narrador onisciente, o leitor tem acesso à vida desse baixo funcionário de um dos inúmeros departamentos do Partido e tem acesso a descrições pormenorizadas dos mecanismos que estruturam o regime do Grande Irmão.

Entretanto, o personagem não é igual aos outros cidadãos da Oceania. A distinção do protagonista se dá pela sua visão crítica do universo totalitário que o circunda. Winston foi surpreendentemente capaz de escapar ao rígido processo de condicionamento físico e mental

sofrido pelos indivíduos, mantendo, dessa maneira, a sua capacidade de pensar e analisar a realidade de forma autônoma:

O ideal criado pelo Partido era enorme, terrível, luzidio – um mundo de aço e concreto, de monstruosas máquinas e armas aterrorizantes – uma nação de guerreiros e fanáticos, marchando avante em perfeita unidade, todos tendo os mesmos pensamentos e gritando as mesmas divisas – trezentos milhões com a mesma cara – trabalhando perpetuamente, lutando, triunfando, perseguindo (ORWELL, 2003, p. 75).

Essa característica essencial do personagem produz ramificações de grande importância para o desenvolvimento do enredo e para as discussões levantadas pelo autor.

Primeiramente, a consciência de Winston coloca-o à margem de toda e qualquer relação possível com outros sujeitos. O protagonista se transforma em um estranho em seu próprio mundo, imerso em uma profunda solidão construída a partir daquilo que ele consegue perceber ao seu redor. Sob esse ponto de vista, o personagem não escapa do isolamento individual proposto pelo Partido, mas participa dele de forma ainda mais profunda. A sua visão crítica não encontra ressonância em nenhuma instância da sociedade e sua voz é forçosamente mantida suprimida diante dos dispositivos controladores e punitivos da Oceania. Dessa forma, Winston se vê envolto por um constante dilema formado pelo desejo de desmascarar a estrutura totalitária na qual vive e o instinto de preservar sua existência, constantemente ameaçada pelo seu próprio discernimento. Em certo sentido, o personagem reflete a difícil situação de todo e qualquer pensador autônomo inserido em qualquer regime totalitarista. “O bom senso era a heresia das heresias” (ORWELL, 2003, p. 81).

Contudo, no universo distópico de *1984* o enclausuramento do indivíduo e a inibição forçada de qualquer ação potencialmente contestatória não são suficientes para a manutenção da vida. Ao insistir em seu posicionamento crítico o protagonista comete um dos piores crimes possíveis dentro da sociedade representada na obra: a dúvida. Tal transgressão só encontra sua instância punitiva na pena capital. Numa estrutura social na qual a mente dos indivíduos é rigidamente controlada pelo Estado, um pensamento destoante da ordem geral das coisas se configura como ato de revolta e, conseqüentemente, criminoso, sendo irrelevante o confinamento de tal reflexão no plano das idéias ou mesmo a não recorrência de tal atitude:

Cometera – e teria cometido, nem que não levasse a pena ao papel – o crime essencial, que em si continha todos os outros. Crimidéia chamava-se. O crimidéia não era coisa que pudesse ocultar. Podia-se escapar com êxito algum tempo, anos até, porém mais cedo ou mais tarde pegavam o criminoso. [...] As pessoas simplesmente desapareciam, sempre durante a noite [...] Ele já estava morto, refletiu. Pareceu-lhe que só agora, depois de formular suas idéias, dera o passo decisivo. As conseqüências de cada ato são incluídas no próprio ato. Escreveu: *Crimidéia não acarreta a morte: crimidéia é a morte* (ORWELL, 2003, p. 21, 29).

Uma vez assumindo a sua posição como um homem condenado à morte, Winston passa a tentar prolongar ao máximo o tempo que lhe resta e utilizá-lo num movimento solitário que objetiva a contestação direta aos desígnios do Partido. Essa batalha silenciosa e individual se dá ao nível dos pequenos prazeres, das sutis insubordinações e das quase imperceptíveis transgressões.

Para tanto, o protagonista precisa manter sua discrição e prosseguir eficientemente com os seus deveres como membro ativo do Partido, numa estratégia na qual as aparências tornam-se garantias de vida. Assim, Winston assume um posicionamento essencialmente paradoxal no enredo da obra: ao mesmo tempo em que ele participa da especialização dos dispositivos de controle, ele desafia os princípios que os regem.

Certamente, um dos aspectos mais marcantes desse posicionamento do personagem é a sua relação com o processo de escrita e reescrita da história. Winston é um dos funcionários do departamento responsável pela manipulação dos registros históricos e pela divulgação dos fatos recém criados. A estrutura destinada a essa atividade impressiona pela sua magnitude e pelo grau de eficiência no desenvolvimento de suas funções.

Aquele corredor, com cerca de cinquenta funcionários, era apenas uma subseção, uma simples célula, podia-se dizer, da enorme complexidade do Departamento de Registro. Para cima, para baixo, para os lados, havia outros enxames de servidores executando uma inimaginável multidão de tarefas. [...] E funcionando anonimamente não se sabia como, nem onde, ficava o cérebro orientador, que coordenava todo o trabalho e fixava diretrizes, mandando conservar este ou aquele fragmento do passado, falsificar outro, e eliminar completamente aquele outro (ORWELL, 2003, p. 44).

Dentro dessa organização eficiente e extremamente ramificada, o protagonista participa ativamente da elaboração meticulosa de um passado coerente com as necessidades do Partido. Winston remonta diariamente as peças de um mesmo quebra-cabeça que sempre

produz uma imagem diferente da anterior. Ele reconstrói repetidamente o passado e colabora na determinação de um discurso oficial específico que compõe aquilo que passa a ser entendido como a verdade inquestionável dos fatos.

É interessante notar que o personagem possui um visível talento para as tarefas que lhe são atribuídas. Por meio de sua criatividade, o protagonista articula os dados que lhe são destinados, os insere dentro de construções lingüísticas coerentes com o propósito determinado por seus superiores e transforma sua criação essencialmente ficcional em algo pretensamente objetivo. Em *1984* o processo de análise e registro do passado não apenas se vincula diretamente à subjetividade de seus produtores, mas também é essencialmente desenvolvido por meio dessa capacidade imaginativa.

Linda Hutcheon, tendo como referência a metaficção historiográfica, questiona,

Assim como a ficção histórica e a história narrativa, a metaficção historiográfica não consegue deixar de lidar com o problema do status de seus “fatos” e da natureza de suas evidências, seus documentos. E, obviamente, a questão que com isso se relaciona é a de saber como se desenvolvem essas fontes documentais: será que podem ser narradas com objetividade e neutralidade? Ou será que a interpretação começa inevitavelmente ao mesmo tempo que a narrativização? (HUTCHEON, 1988, p. 161).

Assim, Winston parte de um objeto primordialmente ficcional que é imposto como produto de uma ciência histórica, manipula-o criativamente de acordo com as contingências do momento e recoloca-o no âmbito de uma historiografia positivista aceita sem restrições pelos outros indivíduos. A história passa então a não possuir existência objetiva mesmo em seus registros textuais, que se definem como criações artísticas deliberadamente direcionadas. Essa radicalização da influência de aspectos subjetivos no discurso historiográfico desenvolvida por George Orwell é coerente com o universo distópico que o autor objetivava construir em sua obra. Isso não quer dizer, entretanto, que a questão levantada por ele deva ser vista como isenta de qualquer referência com a realidade exterior à obra. “Os romances (com exceção de algumas superficções extremas) incorporam a história social e política até certo ponto, embora essa proporção seja variável” (HUTCHEON, 1988, p. 148).

Percebemos então que Winston é um dos ficcionalizadores da história. Contudo, ele não se inclui na grande massa alienada que consome vorazmente as mentiras elaboradas pelo Partido. O protagonista conhece a verdade sobre a construção de “verdades” pertinentes ao

regime da Oceania. Por isso, ele assume um comportamento dissimulado dentro do ambiente de trabalho e sustenta por meio do silêncio a sua consciência na impropriedade do turbilhão de fatos distribuídos publicamente.

Entretanto, esse posicionamento passivo torna-se insustentável e Winston decide confrontar diretamente, ainda que de forma solitária, as manipulações evidentes do Partido. O protagonista inicia a escrita de um diário. É interessante que o próprio personagem não entende, num primeiro momento, esse seu ato de contestação e teme profundamente os desdobramentos de sua decisão. Porém, as páginas cuidadosamente escondidas do caderno se tornam o único espaço no qual o personagem pode dar vazão às suas frustrações, ao seu ódio e à sua esperança. Por meio de seu relato Winston mantém a própria sanidade e encontra no papel um abrigo para as suas memórias e suas verdades.

Molhou a pena na tinta e hesitou por um segundo. Um temor lhe agitara as tripas. Marcar o papel era um ato decisivo. Com letra miúda e desajeitada escreveu: *4 de abril de 1984* [...]. Por algum tempo ficou olhando o papel estupidamente. A teletela agora tocava estridente música militar. O curioso era que ele parecia não só ter perdido o poder de se exprimir como esquecido o que tinha em mente. Havia semanas que se preparava para aquele momento, e nunca lhe passara pela cabeça a idéia de precisar mais que coragem. Escrever seria fácil. Tudo o que tinha a fazer era transferir para o papel o intermimo e inquieto monólogo que se desenrolava na sua mente fazia anos [...]. De repente, pôs-se a escrever por puro pânico, mal percebendo o que estava escrevendo [...]. *Abaixo O Grande Irmão!* (ORWELL, 2003, p. 10-11, 20).

Segundo Massaud Moisés, o diário íntimo apresenta valor literário, ainda que restrito, diante da sua configuração como relato lírico-autobiográfico de um autor empírico, sendo possível uma maior ênfase nos aspectos estéticos do que nos temáticos:

o exemplo clássico de um diário íntimo nos oferece H. F. Amiel, prosador suíço do século XIX: seu *Journal intime*, redigido entre 1847 e 1881, estende-se por um vasto manuscrito de mais ou menos 16.900 páginas, de que se estamparam fragmentos entre 1883-1884, encerrando profunda e dolorosa inspecção no âmago do “eu”, retrato de uma alma hipersensível e prototipicamente romântica, a debater-se entre a clarividência das próprias limitações e o anseio idealista de satisfações impossíveis (MOISÉS, 2001, p. 148).

É preciso salientar que a obra redigida pelo personagem se define não apenas como uma válvula de escape para sua consciência crítica, mas também como uma mensagem para

um novo futuro que possa ser concretizado fora do domínio do Partido e do Grande Irmão. Esse sentimento esperançoso em relação ao futuro cresce em Winston à medida que ele percebe que o sistema apresenta deficiências e que, assim como ele, podem existir outros insatisfeitos com a realidade imposta pelo regime. Nesse sentido, o protagonista se transforma em um utopista dentro de um universo distópico. O personagem passa a acreditar que por meio do confronto direto com o regime estabelecido é possível fazer surgir das cinzas da Oceania uma nova forma de sociedade; e que se tal processo não for deflagrado dentro da sua curta expectativa de vida, o seu diário servirá, ao mesmo tempo, como um testemunho de um passado aterrorizante e como um alerta para que os mesmos erros não sejam cometidos:

De repente ocorreu-lhe uma pergunta. Para quem estava escrevendo aquele diário? Para o futuro, os que não haviam nascido. Sua mente pairou um momento sobre a data duvidosa que escrevera e de repente se chocou contra a palavra *duplipensar* em Novilingua. Pela primeira vez percebeu de todo a magnitude do que empreendera [...] Ele não passava de um fantasma solitário exprimindo uma verdade que ninguém jamais ouviria. Mas enquanto a exprimisse, a continuidade não seria interrompida. Não é fazendo ouvir a nossa voz, mas permanecendo são de mente que preservamos a herança humana. Ele voltou à mesa, molhou a pena e escreveu: *Ao futuro ou ao passado, a uma época em que o pensamento seja livre, em que os homens sejam diferentes uns dos outros e que não vivam sós – a uma época em que a verdade existir e o que for feito não puder ser desfeito: Cumprimento da era da uniformidade, da era da solidão, da era do Grande Irmão, da era do duplipensar* (ORWELL, 2003, p. 29).

Num universo no qual a própria história se apresenta como uma obra ficcional reescrita incontáveis vezes e de múltiplas formas, o diário mantido pelo protagonista se configura como um registro plausível do contexto no qual seu autor se insere. O texto escrito por Winston se caracteriza como a única prova documental verdadeira de uma época na qual a historiografia não tem nenhum comprometimento com a verdade. O personagem cria um documento ao mesmo tempo histórico e literário em um espaço no qual as verdades não ultrapassam os limites do ficcional.

Assim, as posições se invertem dentro da obra de Orwell, de maneira que um objeto valorizado literariamente, como o diário, se transforma em uma análise da realidade, enquanto os textos historiográficos representam a radicalização extrema da ficção como elemento constituinte de um discurso totalitário amparado por uma falsa noção de ciência.

Dessa maneira, a obra de George Orwell coloca em outros termos a discussão sobre os limites entre história e ficção, valorizando o potencial dos textos literários como registros válidos de uma determinada época e o papel desses escritores, muitas vezes perseguidos e silenciados, enquanto agentes diretos na preservação da história, da consciência e da arte.

**ABSTRACT:** The aim of this work is to present an analysis of the complex relation between history and fiction in *Nineteen Eighty-Four* written by George Orwell. As we proceed, we intended to show that the dystopian novel provides the reader with a critical analysis of the social and political context of the 20th century and, specifically, of the totalitarian regimes that emerged throughout the century. In the novel, the strict control performed by the government on the historical texts and the role of the protagonist Winston Smith as a fictional writer and a historian questions not only the mechanisms for the manipulation of facts under a totalitarian regime but also the limits of history and fiction as discursive representations of reality. Thus, such aspects bring the author's thoughts to the debate held by part of the post-modern theories in relation to the so-called historiographical metafiction.

**KEYWORDS:** Orwell. History. Fiction. Totalitarianism. Dystopia.

## REFERÊNCIAS

BAUDRILLARD, Jean. *The Illusion of the End*. Stanford: Stanford University Press, 1994.

CALDER, Jenni. *Huxley and Orwell: Brave New World and Nineteen Eighty-Four*. London: Edward Arnold, 1976.

CANOVAN, Margaret. Arendt's Theory of Totalitarianism. In: ARENDT, Hannah. *The Cambridge Companion to Hannah Arendt*. Dana Villa (Ed.). Reino Unido: Cambridge University Press, 2000.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

\_\_\_\_\_. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Editora Nau, 1996.

HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1988.

JAUSS, H. R. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. São Paulo: Ática, 1994.

LIMA, Maria Herrera. El punto de vista moral en la literatura. In: LA VIEJA, Teresa Lopes. *Figuras del logos: entre la filosofía y la literatura*. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.

MOISÉS, Massaud. *Dicionário de termos literários*. São Paulo: Cultrix, 2001.

ORWELL, George. *1984*. São Paulo: Editora Nacional, 2003.

OXLEY, B. T. *George Orwell*. London: Evans Brothers, 1967.

WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Edusp, 2001.